

# Saiba o que pensam os candidatos a governo e senado

Questionamos os postulantes sobre sustentabilidade da previdência, tributos e dívida pública para ajudar os servidores a fazer boas escolhas na hora do voto páginas 6 a 12

EDIÇÃO ESPECIAL EM CONJUNTO DOS SEGUINTE SINDICATOS



# SUMÁRIO

- Com a palavra, os sindicatos..... páginas 4 e 5
- Entrevista Armando Monteiro (PTB)..... página 6
- Entrevista Dani Portela (PSOL)..... página 7
- Entrevista Julio Lóssio (Rede)..... página 8
- Entrevista Maurício Rands (Pros)..... página 9
- Entrevista Paulo Câmara (PSB)..... página 10
- Entrevista Albanise Pires (Psol)..... página 11
- Entrevista Jarbas Vasconcelos (MDB)... página 12



## EXPEDIENTE:

### TEXTOS

Jornalista: Gabriela López  
DRT 5104-PE | [gabrielalopezf@gmail.com](mailto:gabrielalopezf@gmail.com)

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Designer: George Oliveira  
DRT 6702-PE | [georgempoliveira@gmail.com](mailto:georgempoliveira@gmail.com)

# APRESENTAÇÃO

Preocupada com a reforma da previdência, a dívida pública e a reforma tributária, a Articulação Sindical buscou candidatos nas eleições de 2018 em Pernambuco para entender o posicionamento deles sobre estes temas tão importantes.

A Articulação Sindical congrega os Sindicatos dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (Sindicontas-PE), do Poder Legislativo do Estado de Pernambuco (Sindilegis-PE), dos Servidores do Ministério Público de Pernambuco (Sindsemppe), dos Servidores do Poder Judiciário de Pernambuco (Sindjud-PE) e do Grupo Ocupacional Administração Tributária do Estado de Pernambuco (Sindifisco-PE).

O objetivo deste jornal é dar transparência e publicidade ao entendimento dos candidatos sobre os temas citados para ajudar as categorias e a sociedade a balizar sua escolha na hora do voto na urna.

Foram procurados candidatos e candidatas ao Governo do Estado e ao Senado Federal. Dos postulantes ao Governo do Estado, participou Armando Monteiro (PTB), Dani Portela (PSOL), Julio Lóssio (Rede), Maurício Rands (Pros) e Paulo Câmara (PSB). Já em relação aos concorrentes a senador, temos os posicionamentos de Albanise Pires (Psol) e Jarbas Vasconcelos (MDB).

Todos responderam os mesmos três questionamentos, que giram em torno da sustentabilidade da previdência dos servidores do Governo do Estado, tributos e a dívida pública de Pernambuco. As entrevistas foram publicadas em ordem alfabética de acordo com o nome dos candidatos.

Desde o ano passado, a Articulação Sindical vem promovendo uma série de ações conjuntas, como conversas com deputados federais por Pernambuco sobre o texto da reforma da previdência proposto pelo presidente Michel Temer no ano passado para mostrar que não há déficit.



# Atenção às pautas unificadas das categorias da Articulação

Confira depoimentos de cinco presidentes dos sindicatos que formam a Articulação Sindical (servidores do Tribunal de Contas, do Ministério Público, do judiciário, do legislativo e do Grupo Ocupacional Administração Tributária) sobre a

iniciativa de entrevistar os candidatos ao Governo do Estado e ao Senado Federal nas Eleições 2018 sobre pautas unificadas de interesse das categorias e da sociedade: sustentabilidade da previdência, tributos e dívida pública de Pernambuco.

Os eleitores (as) de Pernambuco e, principalmente, os servidores (as) públicos (as) precisam saber quais são os entendimentos dos candidatos (as) para podermos fazer escolhas de forma mais consistente. As prioridades de investimento, a geração de emprego e a proteção ao trabalho são a base de qualquer política previdenciária. De imediato, é preciso que seja revogada a PEC do teto dos gastos, a terceirização e a Reforma Trabalhista, pois impactam negativamente na arrecadação e na capacidade fiscal do Estado. Em Pernambuco, será preciso implantar o Funaprev, nomear novos servidores públicos e reduzir o número de comissionados. Também é preciso combater a sonegação fiscal, acabar com a farra de incentivos fiscais e aplicar a política de progressividade nos impostos. A Dívida Pública do Estado precisa passar por auditoria para deixarmos de pagar juros e encargos em detrimento de fazer investimentos para a população, combatendo a desigualdade social.



● **MARCONI GLAUCO**  
PRESIDENTE DO SINDILEGIS PERNAMBUCO

Dando continuidade à parceria com os sindicatos dos servidores do legislativo, judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e fazenda estaduais, o Sindsemp-PE participou da iniciativa de realizar uma série de entrevistas com candidaturas nas Eleições 2018 para falar de temas que são de interesse das categorias e da sociedade em geral. Nas entrevistas, abordamos questões ligadas à Previdência Estadual, o regime geral de Previdência Social, além das questões das dívidas públicas e dos tributos. Entendemos que são temas importantes e que afetam a todos diretamente. Dessa maneira, pretendemos auxiliar os servidores na tomada de decisão quanto ao voto nas próximas eleições. Esperamos ajudar não só a nossa categoria, como também os demais servidores estaduais e a sociedade pernambucana a tomar essa decisão que é tão importante para o futuro do nosso Estado. Agradecemos a contribuição de todas as candidaturas e aos colegas dos demais sindicatos na construção e articulação para que isso se tornasse realidade.



● **FERNANDO RIBAMAR**  
PRESIDENTE DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO (SINDSEMPPE)



O acirramento político no Brasil e a crise econômica demandam dos gestores respostas para o desejo da sociedade de mais transparência e eficiência na gestão pública. Nosso objetivo com esse jornal é ajudar as categorias da Articulação Sindical e a população a confiar seu voto em candidatos comprometidos com o conceito de boa governança, isto é, comprometidos não apenas em aplicar os recursos públicos de forma lícita, mas também de forma a entregar os resultados efetivos dos investimentos que todos nós desejamos e precisamos. Entendemos que a Articulação Sindical cumpre com essa iniciativa um importante papel social de expor à população, de forma imparcial e isenta (como deve ser), o entendimento dos candidatos a respeito de assuntos de suprema relevância. Acreditamos que a sustentabilidade da previdência, os tributos e a dívida pública são pilares para que o Brasil consiga caminhar de maneira saudável. Desejamos uma boa leitura e, desde já, o Sindicontas coloca-se à disposição para o diálogo.

● **JONAS MORENO**

PRESIDENTE DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (SINDICONTAS-PE)

A população está desacreditada, mas, em menos de um mês, precisaremos escolher quem nos representará pelos próximos quatro anos. É o momento de indicar bons gestores e a intenção deste jornal é ajudar nossas categorias e toda a sociedade na hora do voto. Os temas escolhidos para inquirir os candidatos (sustentabilidade da previdência, reforma tributária e dívida pública) não foram propostos à toa. Entendemos que eles são fundamentais para resgatar a capacidade de investimento do nosso Estado e, assim, fazer as entregas que a população tanto necessita e clama. Os sindicatos dos servidores do legislativo, judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e fazenda estão mobilizados em nome da Articulação Sindical e nossa tarefa vai além deste jornal e do momento das eleições. Continuaremos nosso papel social de fiscalizar os governos e lutar pelas demandas das nossas categorias, que cumprem um importante trabalho de ajudar o setor público a prestar serviço para toda a população.

● **MICHEL DOMINGOS**

PRESIDENTE DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO (SINDJUD-PE)



A série de entrevistas que são colacionadas nesta publicação representa o esforço de sindicatos de servidores públicos para aprimorar o processo eleitoral. Com esse propósito, buscou-se as opiniões dos candidatos ao governo estadual sobre três questões nucleares: a sustentabilidade da previdência estadual, os tributos e a dívida pública do Estado. Todas são matérias cruciais, mas que a superficialidade das campanhas eleitorais e dos malfadados debates não abordou. Os tributos são necessários para o custeio da saúde, da educação, da segurança, enfim, das políticas públicas. A previdência está relacionada com o futuro de todos nós, no passo que a dívida pública representa um ônus suportado por toda a sociedade, em especial, sob a forma de supressão ou de redução de serviços públicos. Acreditamos que inquirir os postulantes ao Palácio do Campo das Princesas sobre esses temas faz parte da nossa incumbência de defender os interesses da categoria fazendária e da sociedade pernambucana.

● **JOÃO HÉLIO COUTINHO**

PRESIDENTE DO SINDICATO DO GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (SINDIFISCO-PE)



CANDIDATO A GOVERNADOR



ARMANDO MONTEIRO (PTB)



### ● SUSTENTABILIDADE

**PREVIDENCIÁRIA** – Qual é sua avaliação sobre a situação do Funafin e quais medidas o senhor pretende tomar, se eleito, para conferir sustentabilidade do ponto de vista atuarial ao regime próprio de previdência dos servidores do Governo do Estado?

**AM** – Equilibrar os regimes próprios de Previdência é um desafio que precisa ser enfrentado por todos os governadores e prefeitos do País. Hoje, temos uma relação de um servidor na ativa para um aposentado, o que pressiona o caixa do Estado. O ideal é que o pagamento dos benefícios de aposentados e pensionistas seja custeado por um fundo financeiro, capitalizado ao longo dos anos, o que viabilizaria a manutenção dos direitos e o equacionamento do passivo atuarial e a sustentabilidade do pagamento das pensões e das aposentadorias no longo prazo.

● **TRIBUTOS** – Como o senhor pretende equalizar o caixa do Governo do Estado e, ao mesmo tempo, propiciar uma redução da carga tributária dos tributos estaduais, especialmente o ICMS, como o que incide em combustíveis e em telecomunicações?

**AM** – A elevada carga tributária é um enorme peso para o setor pro-

ductivo e para o micro e pequeno empreendedor. Nosso desafio é dinamizar a economia de Pernambuco, investindo em infraestrutura e atraindo empreendimentos privados para gerar emprego e renda. Do ponto de vista fiscal, é possível reduzir a carga e, mesmo assim, manter a arrecadação com a ampliação da base de contribuintes. Se você simplifica o modelo fiscal e reduz a carga do imposto, você tira, por exemplo, muito pequeno empresário da informalidade e fortalece a economia e a geração de emprego. Os micros e pequenos empresários são os maiores empregadores do País.

● **DÍVIDA PÚBLICA** – Qual sua avaliação sobre a dívida pública de Pernambuco, inclusive em relação à União, e quais medidas o senhor pretende tomar, se eleito, para equalizar e não termos problema na prestação de serviços públicos?

**AM** – A dívida pública de Pernambuco não é o nosso maior problema. Temos folga para a realização de empréstimos para investimentos. Hoje, a dívida de Pernambuco corresponde a 60% de sua Receita Corrente Líquida, menos de um-terço do limite. O que Pernambuco não tem hoje, segundo os critérios da

Secretaria do Tesouro Nacional, é capacidade de pagamento. Por causa da baixa poupança e dos elevados saldos de restos a pagar rolados de um ano para o outro, Pernambuco recebeu nota C no rating do Tesouro Nacional, o que impede a União de garantir operações de crédito do Estado. E como resolve isso? É preciso reduzir as despesas com custeio, ampliar a poupança corrente e reduzir o saldo de restos a pagar. Hoje o governo tem muitas despesas com comissionados e com a manutenção de uma estrutura que foi inflada ao longo dos últimos anos.

CANDIDATA A  
GOVERNADORA

DANI PORTELA (PSOL)



## ● SUSTENTABILIDADE

**PREVIDENCIÁRIA** – Qual é sua avaliação sobre a situação do Funafin e quais medidas a senhora pretende tomar, se eleita, para conferir sustentabilidade do ponto de vista atuarial ao regime próprio de previdência dos servidores do Governo do Estado?

**DP** – Quanto mais o estado deixa de fazer concurso e opta pelo aumento dos cargos comissionados e pelos terceirizados mais o governo precariza a previdência pública dos servidores. O Estado deve fazer auditoria na máquina administrativa para tornar maior a capacidade de investimento a partir de um ajuste na estrutura de gestão, tendo como objetivo a redução dos cargos comissionados e incentivo às carreiras típicas como fazenda, educação, saúde, segurança e planejamento. Isso não tem nada a ver com o pensamento neoliberal em defesa do estado mínimo. Com a abertura de novos concursos públicos e o incentivo aos servidores de carreira para a ocupação dos cargos comissionados restantes, teremos mais contribuições de longo prazo para a saúde do sistema previdenciário. Vamos também criar o Instituto de Seguridade Social dos Servidores Públicos, unificando sua saúde, a assistência social e a previdência dos servidores.

● **TRIBUTOS** – Como a senhora pretende equalizar o caixa do Governo do Estado e, ao mesmo tempo, propi-

ciar uma redução da carga tributária dos tributos estaduais, especialmente o ICMS, como o que incide em combustíveis e em telecomunicações?

**DP** – Vou lutar por um novo federalismo fiscal e por nova política econômica para redução dos encargos da dívida pública sobre as contas do tesouro. É falso que a inflação brasileira é 100% de demanda e seu combate exige juros reais ainda altos perante o mundo. Vou intensificar o combate à sonegação

fiscal, que é brutal e impune em Pernambuco. Não basta cogitar a redução do ICMS sem debater e agir para se combater a sonegação. ICMS é um imposto indireto, insonegável pelo consumidor final. Vamos repensar a matriz tributária do Estado e, no que a autonomia administrativa constitucional nos conceder, vamos propor progressividade. Temos que ampliar o ICMS sobre bens de consumo de luxo, porque, embora seja imposto

indireto, a maior taxa de dele só atingirá os mais ricos do Estado, mas a base será a reversão da brutal drenagem praticada pela sonegação das grandes pessoas jurídicas, algumas há décadas se financiando dessa forma sem qualquer sanção ou ônus.

● **DÍVIDA PÚBLICA** – Qual sua avaliação sobre a dívida pública de Pernambuco, inclusive em relação à União, e quais medidas a senhora pretende tomar, se eleita, para equalizar e não termos problema na prestação de serviços públicos?

**DP** – A dívida pública tem um conjunto de operações não necessariamente voltadas para o investimento produtivo, muito menos tudo o que foi recebido foi bem aplicado. A emissão de títulos para pagamento de precatórios em 1997 e a privatização do Bandepe em 17 de novembro de 1998 são dois exemplos que mostram que a dívida pública do Estado tem vários componentes, alguns vinculados a obras e serviços, outros vinculados às operações meramente financeiras. Vamos realizar uma auditoria nos contratos, sobretudo os mais altos. Quanto Pernambuco recebeu da União ou de bancos internacionais que foi adequadamente aplicado? Em síntese, vamos atuar no seguinte tripé: auditoria de sua composição, aplicação de fundos captados e reavaliação de quanto o Estado já pagou por essa dívida e quanto ainda deve.

CANDIDATO A GOVERNADOR

**JULIO LÓSSIO (REDE)**

### ● SUSTENTABILIDADE PREVIDENCIÁRIA

– Qual é sua avaliação sobre a situação do Funafin e quais medidas o senhor pretende tomar, se eleito, para conferir sustentabilidade do ponto de vista atuarial ao regime próprio de previdência dos servidores do Governo do Estado?

**JL** – A atual situação do FUNAFIN é o retrato do desequilíbrio fiscal do Governo de Pernambuco. É preciso mais contratações de servidores efetivos para que estes contribuam com o regime previdenciário e lhe confirmem segurança. Hoje, os servidores da ativa tem uma folha de aproximadamente R\$ 454 milhões, ao passo que R\$ 353 milhões são de aposentados. Duas situações agravaram essa realidade: a expectativa gerada em torno de uma possível aprovação da reforma previdenciária pelo Governo Temer, o que provocou um crescimento de 19% nos deferimentos de aposentadoria entre 2016 e 2017, e a ineficiência do Governo, que inchou a máquina pública com cargos comissionados. Enquanto mais de 46,55% da receita estiver comprometida com gastos relacionados a este tipo, a LRF proíbe a concessão de reajustes salariais, realização de concurso público, provimento de cargos públicos, promoções e até pagamento de horas extras. Portanto, não há outra saída a não ser reduzir as despesas com esses cargos e somente alguém que seja



eleito sem amarras ou acordos partidários é capaz de fazer.

● **TRIBUTOS** – Como o senhor pretende equalizar o caixa do Governo do Estado e, ao mesmo tempo, propiciar uma redução da carga tributária dos tributos estaduais, especialmente o ICMS, como o que incide em combustíveis e em telecomunicações?

**JL** – Se observamos o balanço orçamentário de 2017, vamos perceber que a situação é crítica, apesar da propaganda do governo. O Governo está gastando mais do que arrecada e gastando mal. Segundo o resultado primário de 2017, as receitas formam R\$ 31,6 bilhões e os gastos, R\$ 31,9 bilhões. Ou seja: gastou mais do que arrecadou. Vale lembrar que, apesar da crise dos últimos anos, o governo atual teve um incremento de mais de 12% em suas receitas, passou os 28,6 bilhões do último ano do man-

dato Eduardo Campos para R\$ 32,3 bilhões com Paulo Câmara. Na verdade, faltou capacidade de gestão, pois, ao passo que houve um aumento nas receitas, o Governo gastou mal deixando áreas importantes, como saúde, sem investimentos. O ideal é um Estado maior pra fora, com investimentos em áreas prioritárias, e menor pra dentro. O Estado também vem sendo ineficiente na cobrança do ICMS. Vivemos no tempo da tecnologia, com a nota fiscal eletrônica e com o cupom fiscal eletrônico, é possível colocar a inteligência fiscal do Estado para identificar aqueles que não contribuem, de modo que a base de cálculo seja ampliada, aumentando as receitas de ICMS e permitindo ao Governo reduzir tributos, alguns tributos em áreas que atinjam diretamente o consumidor, como é o caso de combustíveis e telecomunicações, para que este seja beneficiado, e não

apenas concedendo isenções bilionárias para grandes empresas.

● **DÍVIDA PÚBLICA** – Qual sua avaliação sobre a dívida pública de Pernambuco, inclusive em relação à União, e quais medidas o senhor pretende tomar, se eleito, para equalizar e não termos problema na prestação de serviços públicos?

**JL** – É preciso reconhecer que, hoje, Pernambuco é um Estado super endividado, e só não estamos em situação como a do Rio de Janeiro e outros Estados brasileiros porque os efeitos da crise permitiram uma renegociação de parte dessa dívida, como é o caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que prorrogou por até dez anos, com uma carência de mais quatro, o prazo de pagamento dos empréstimos tomados. Essas renegociações apenas geram uma folga nos caixas estaduais, porque reduzem a prestação e o desembolso mensal. O tamanho da dívida pública com a União acabou fechando as torneiras para Pernambuco e, conseqüentemente, a capacidade de investir. O fato das torneiras do Governo Federal estarem fechadas se dá também pelo desastre do Governo Temer, que ascendeu ao poder quando o PSB, representado por Paulo Câmara e o palanque dos Ministros de Temer do outro lado representado por Armando Monteiro, retiraram do poder a presidenta Dilma. Se formos eleitos, primeiro vamos fazer o enxugamento da máquina pública, botando para casa muita gente que está em cargos comissionados pendurados no Governo, ganhando salários altíssimos sem fazer nada, visando o ajuste fiscal. Cortaremos gastos que não são prioridades para a melhoria do Estado, como os que foram licitados esse ano na ordem R\$ 78 mil destinados à compra de flores.

CANDIDATO A  
GOVERNADOR

MAURÍCIO RANDS (PROS)

## ● SUSTENTABILIDADE

**PREVIDENCIÁRIA** – Qual é sua avaliação sobre a situação do Funafin e quais medidas o senhor pretende tomar, se eleito, para conferir sustentabilidade do ponto de vista atuarial ao regime próprio de previdência dos servidores do Governo do Estado?

**MR** – A questão das previdências estaduais é de primeira ordem. Ela afeta não apenas a vida dos servidores, mas também toda a sociedade. Pequenas alterações e reformas vêm sendo feitas ao longo dos anos tentando dar mais equilíbrio ao sistema. Claramente, as mudanças não foram suficientes para resolver o problema. O sistema não está em equilíbrio e apresenta previsões significativas de déficits. Os servidores não sabem o que esperar. O Governo do Estado não tem recursos para fazer os aportes. O que fazer então? Acreditamos que é preciso ter coragem para enfrentar o problema de frente. Levantar os números com clareza. Sentar à mesa com os servidores e com a sociedade. Discutir os possíveis caminhos. É importante respeitar direitos adquiridos, mas deve-se pensar no que se quer para a sociedade como um todo.

● **TRIBUTOS** – Como o senhor pretende equalizar o caixa do Governo do Estado e, ao mesmo tempo, propiciar uma redução da carga tributária dos tributos estaduais, especialmente



o ICMS, como o que incide em combustíveis e em telecomunicações?

**MR** – A crise econômica que se instalou no Brasil atingiu fortemente as economias estaduais. Pernambuco não seguiu caminho distinto. A atual gestão estadual tem conseguido pagar a folha salarial, mas não conseguiu ir muito além disso. Além das diversas obras interrompidas, com estimativas de R\$ 7,5 bilhões, o Estado acumula um saldo bilionário com empresas e prestadores de serviços. Isso aponta claramente para uma grande dificuldade fiscal que o estado enfrenta. Quando as contas devidas forem pagas, o déficit no orçamento deverá ficar claro. Recuperar o caixa do Governo do Estado passa por gerar condições

para que a economia volte a crescer, e certamente trabalharemos nessa direção. Nenhum estado tem capacidade de fazer isso de forma isolada, mas vamos trabalhar para que Pernambuco saia na frente dos demais. Vamos reduzir a burocracia, buscar formas de incentivar os potenciais econômicos locais, gerar emprego localmente, cortar gastos desnecessários, por exemplo, reduzindo os gastos com cargos comissionados e mordomias como o uso de carros oficiais que existem na gestão estadual. Além disso, iremos trabalhar para reduzir a informalidade, o que tende a melhorar a vida dos trabalhadores e reduzir a sonegação. Com a volta do ritmo normal de crescimento da economia, será possível repen-

sar como trabalhar nesse sentido. Um caminho que pretendemos buscar será avançar na discussão da cobrança dos tributos, ICMS, no destino. Os estados mais ricos resistem, mas podemos e devemos aprovar essa mudança no Brasil. Vamos trabalhar para que Pernambuco volte a ser liderança nesse debate e vamos implementar um sistema mais justo e menos burocrático de tributação.

● **DÍVIDA PÚBLICA** – Qual sua avaliação sobre a dívida pública de Pernambuco, inclusive em relação à União, e quais medidas o senhor pretende tomar, se eleito, para equalizar e não termos problema na prestação de serviços públicos?

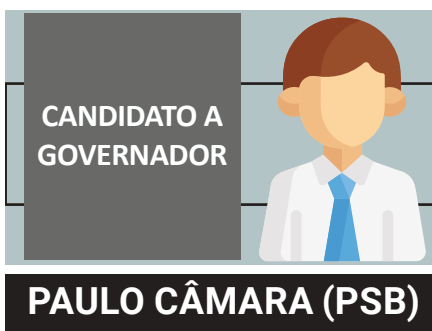
**MR** – Dívida pública de Pernambuco, e dos demais estados, é o resultado de todas as decisões tomadas no passado. Ela existe, é real e deve ser honrada. Isso não significa que não seja possível discutir formas de suavizar os seus custos. É preciso sentar e renegociar os termos atuais. Dar espaço para o Governo do Estado possa trabalhar e ajudar a economia a voltar a crescer. Com equilíbrio fiscal, será possível até, quem sabe, no futuro, antecipar parte dos pagamentos e reduzir o seu peso. Nenhuma das questões levantadas é possível sem visão política, sem trânsito junto às entidades financeiras, instituições internacionais, organismos de cooperação, sem conhecimento dos trâmites em Brasília e articulação política. O governador é o principal articulador da bancada, de todos os partidos que representam Pernambuco. O Estado hoje está paralisado e, em tempos passados, estava ligado ao conservadorismo. Nossa proposta é para olhar o futuro. Nós temos experiência, trânsito, conhecemos os trâmites na iniciativa privada, no setor público e junto às instituições internacionais. Somos a saída do marasmo e de um retorno ao passado.

## ● SUSTENTABILIDADE PREVIDENCIÁRIA

– Qual é sua avaliação sobre a situação do Funafin e quais medidas o senhor pretende tomar, se eleito, para conferir sustentabilidade do ponto de vista atuarial ao regime próprio de previdência dos servidores do Governo do Estado?

**PC** – Embora a maioria dos Estados apresentem um quadro de muita dificuldade no âmbito de suas previdências, Pernambuco tem uma situação diferente, porque, no início dos anos 2000, o então governador Jarbas Vasconcelos promoveu uma reforma previdenciária que aumentou a alíquota de 12% para 13,5%. Ao longo dos dois últimos anos, o Governo Federal sugeriu aos Estados o aumento para 14%, no ajuste fiscal que tentou impor aos demais entes da federação. Entendendo que esse acréscimo penalizaria o nosso servidor, decidimos não aderir. Estamos discutindo com outros Estados o estabelecimento de um fundo previdenciário único, capaz de garantir melhores rendimentos - por contar com um maior número de contribuintes - e menores descontos para os nossos servidores. Para os profissionais que ingressam no serviço público pernambucano a partir de 2019, criamos o Funaprev, que vai garantir o teto das aposentadorias. Entretanto, é importante ressaltar que a discussão previdenciária precisa ser travada no âmbito nacional, a partir da eleição de um novo Congresso Nacional, uma vez que é a Constituição que estabelece idade máxima e o tempo mínimo de contribuições dos trabalhadores, sejam públicos ou da iniciativa privada.

● **TRIBUTOS** – Como o senhor pretende equalizar o caixa do Governo do Estado e, ao mesmo tempo, propiciar uma redução da carga tributária



WAGNER RAMOS

dos tributos estaduais, especialmente o ICMS, como o que incide em combustíveis e em telecomunicações?

**PC** – Quando afirmo que Pernambuco está de pé me refiro à equilibrada situação fiscal do nosso Estado e à nossa capacidade de seguir realizando investimentos em todas as áreas. Pernambuco possui um baixo nível de endividamento, o que nos permite captar de maneira muito responsável operações de crédito que vão nos ajudar a investir muito mais. Estamos sempre discutindo mecanismos que propiciem às diferentes cadeias uma condição fiscal própria que beneficie tanto a produção quanto a comercialização dos seus produtos, como fizemos com o Polo da Moda, no Agreste Setentrional, e no Polo Gesseiro, no Sertão do Araripe. E, com o futuro aumento da arrecadação, teremos a capacidade de fazer ainda mais ações como essas.

● **DÍVIDA PÚBLICA** – Qual sua avaliação sobre a dívida pública de Pernambuco, inclusive em relação à União, e quais medidas o senhor pretende tomar, se eleito, para equalizar e não termos problema na prestação de serviços públicos?

**PC** – Como falei anteriormente, Pernambuco possui um baixo nível de endividamento com uma das dívidas públicas melhor controladas do Brasil. Tanto que seguimos com a possibilidade de realizar investimentos e manter a nossa máquina pública servindo à população. Temos a melhor Educação Pública do País, sendo o único Estado brasileiro a registrar crescimento em todas as afeições do Ideb, nunca realizamos tantos procedimentos na área da saúde e garantimos os maiores investimentos em recursos hídricos na história do nosso Estado.

CANDIDATA A  
SENADORA



**ALBANISE PIRES (PSOL)**

● **SUSTENTABILIDADE**

**PREVIDENCIÁRIA** – Qual é sua avaliação sobre a situação do Funafin e quais medidas a senhora acha que podem ser tomadas para conferir sustentabilidade do ponto de vista atuarial ao regime próprio de previdência dos servidores do Governo do Estado?

**AP** – A previdência deve passar por reformas como o financiamento da Previdência Social: com recursos de receitas, com o fim de renúncia fiscal e executar recuperação de créditos. Sobre Pernambuco, o caminho é a revisão do FUNAFIN e FUNAPE, hoje com repartição simples, e propor uma auditoria no fundo para apurar a situação das contribuições do Governo do Estado e de seus segurados. Mas a maior preocupação será mesmo com os municípios.

● **TRIBUTOS** – Como a senhora acredita que pode ser feita a equalização do caixa do Governo do Estado e, ao mesmo tempo, propiciar uma redução da carga tributária dos tributos estaduais, especialmente o ICMS, como o que incide em combustíveis e em telecomunicações?

**AP** – Iniciar a cobrança do imposto sobre patrimônio e capital de pessoas e empresas mais ricas e propor a discussão sobre os impostos para consumo existente atualmente.

● **DÍVIDA PÚBLICA** – Qual sua avaliação sobre a dívida pública de Pernambuco, inclusive em relação à União, e quais medidas a senhora acha que podem ser tomadas para equalizar e não termos problema na prestação de serviços públicos?



**AP** – A dívida de Pernambuco passa pela prestação dos serviços para a população, como a PPP da Compesa, por exemplo. Segundo o TCE, foram investidos menos de 30%. Em particular, as empresas estatais não dependentes, como Suape, deve ser revista a forma como estas empresas contribuem para prestação dos serviços público e como é a arrecadação das receitas dessas empresas, hoje essas empresas são loteadas para grupos políticos sem o devido controle pelo poder legislativo. As empresas devem ser parceiras do desenvolvimento social e da qualidade dos serviços públicos.

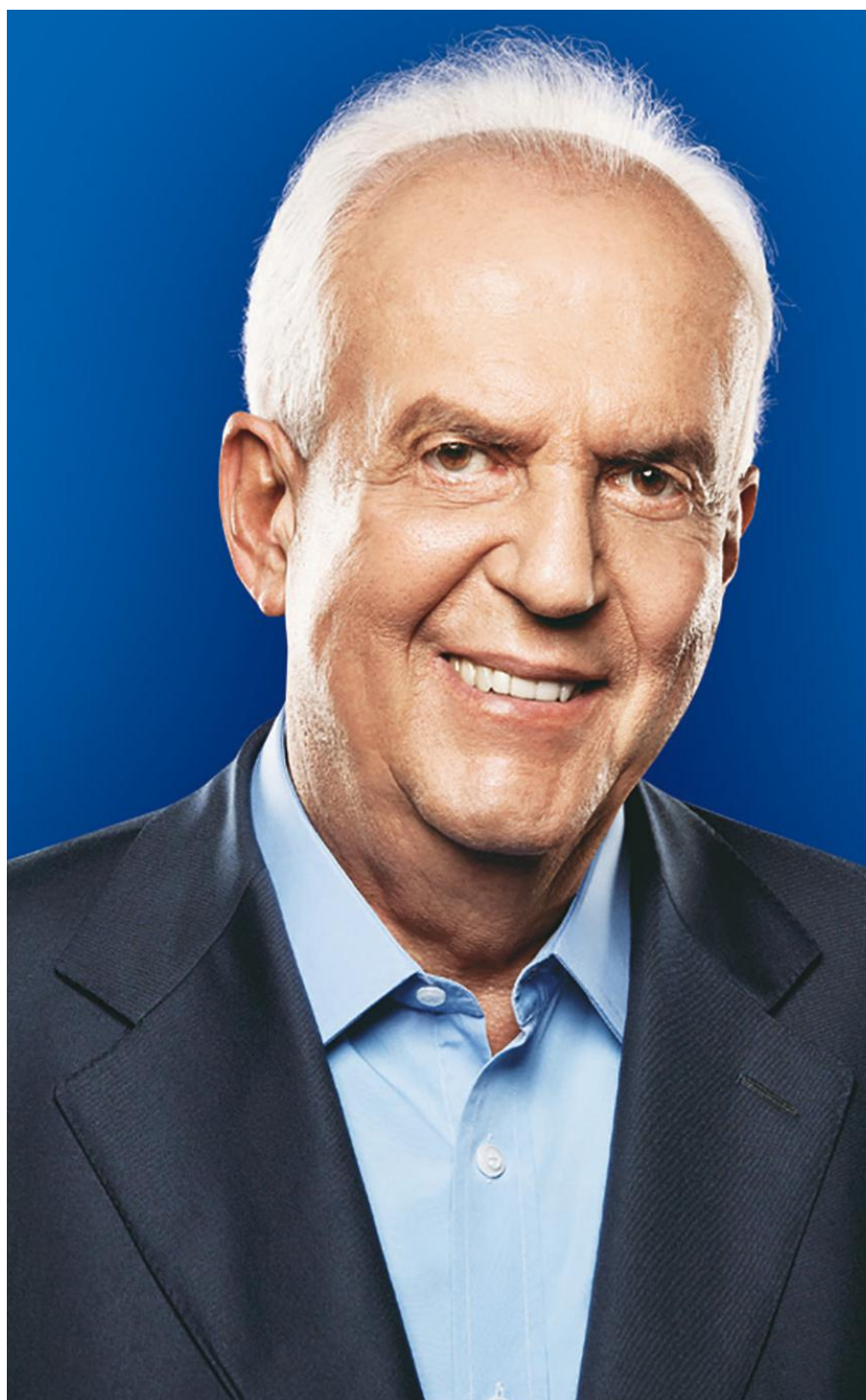
CANDIDATO A  
SENADOR

**JARBAS VASCONCELOS**  
(MDB)

● **SUSTENTABILIDADE PREVIDENCIÁRIA** – Qual é sua avaliação sobre a situação do Funafin e quais medidas o senhor acha que podem ser tomadas para conferir sustentabilidade do ponto de vista atuarial ao regime próprio de previdência dos servidores do Governo do Estado?

**JV** – É necessário que se consolide a questão da segregação do Funafin. Existe o Funafin que é o fundo para as pessoas mais antigas, as que estão há mais tempo, e existe o da área de capitalização, que é a de quem entra hoje. Isso é muito importante porque vai dar outro sentido aos fundos previdenciários. Entretanto é preciso que isso seja analisando periodicamente. Porque você não tem hoje análise atuarial simplesmente porque não existem atuários. As turmas onde se formam os atuários terminam os cursos com 6 a 8 pessoas. E esse contingente é absorvido pelo mercado privado. Então temos dificuldade nesse controle até pela falta de expertise. Mas previdência é em Pernambuco uma das preocupações de qualquer governante e do representante do Estado no Senado Federal. Tenho certeza que a preocupação com esse tema deve ser olhada de uma forma global e não local, já que é uma problemática ampla e complexa.

● **TRIBUTOS** – Como o senhor acredita que pode ser feita a equal-



ização do caixa do Governo do Estado e, ao mesmo tempo, propiciar uma redução da carga tributária dos tributos estaduais, especialmente o ICMS, como o que incide em combustíveis e em telecomunicações?

**JV** – Na verdade nós temos que enfrentar a questão federativa. Há uma concentração de recurso muito grande dentro do Governo Federal. Os impos-

tos que tem o Estado terminam sendo insuficientes para suprir as suas necessidades. É necessário e fundamental reformas que estejam ligadas e fortaleçam o Pacto Federativo. O Pacto é outra pauta do Senado Federal. O Pacto tem que acontecer. A União não pode concentrar os recursos e espremer os Estados, que ficam sem condições de governabilidade. Os municípios tem

que ser fortalecidos e consequentemente cobrados pela utilização correta dos recursos. É importante também a reforma tributária, outra importante pauta do senado. É preciso se reavaliar o que é taxado e o que não é taxado hoje no País. Serviços e produtos ligados ao dia a dia da população são taxados e outros até mais distantes e não tão presentes no dia a dia não são. É preciso se rever isso.

● **DÍVIDA PÚBLICA** – Qual sua avaliação sobre a dívida pública de Pernambuco, inclusive em relação à União, e quais medidas o senhor acha que podem ser tomadas para equalizar e não termos problema na prestação de serviços públicos?

**JV** – E de se considerar que as contas dos governos dos últimos anos julgadas pelo TCE como vocês sabem vem aumentando com a dívida porque muitas das ações, obras e investimentos foram feitas por empréstimos. Seja empréstimo a nível nacional ou internacional, com a ajuda do BID. É importante que se veja que o comprometimento da dívida é uma coisa que tem que ser atacada agora isso não é algo isolado nem local. O Pacto Federativo e as reformas necessárias para o País – e que são pautas para o Senado –, irão fortalecer os Estados e torna-lo agentes e condutores de seus recursos e investimentos e não como meros intermediário entre Governo Federal e municípios.